

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
DISCIPLINA: PESQUISA HISTÓRICA II
PROFESSOR: DURVAL MUNIZ DE ALBUQUERQUE JUNIOR

ANDERSON DA SILVA SOARES

**A permanência da mentalidade escravocrata no pós-Abolição e durante a Primeira
República no Rio de Janeiro (1888-1930)**

Natal-RN

2008

ANDERSON DA SILVA SOARES

A permanência da mentalidade escravocrata no pós-Abolição e durante a Primeira República no Rio de Janeiro (1888-1930)

Monografia apresentada como requisito de avaliação da disciplina Pesquisa Histórica II, do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Prof. Dr. Durval Muniz Albuquerque Júnior, para fins de obtenção do título de Licenciado e Bacharel em História.

Apresentado em: ____/____/2008

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Durval Muniz Albuquerque Júnior – Orientador

Prof.^a. Dr.^a. Maria Emília Porto

Prof. Mr. Luiz Eduardo Brandão Suassuna

Natal-RN

2008

À Agnes,
Pela argúcia,
Pela leveza lúdica e
fulgor de todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Um dos obstáculos para aqueles que sentem prazer em desenvolver o trabalho de pesquisa histórica é ter que submetê-lo à pressão do tempo, das horas contadas dos finais de semana sacrificados. E no meu caso não foi diferente, tendo que me submeter ao cotidiano cruel da escravidão assalariada, tendo que desenvolver um esforço hercúleo para que este trabalho monográfico saísse com as mínimas condições de ser apresentado. Guardo a convicção de que, em condições favoráveis o resultado teria sido muito melhor.

Tantas pessoas contribuíram positivamente de forma direta e indireta na trajetória do curso. Mesmo aquelas que, discretamente, deram sua contribuição.

Ana Alice (maestrina da língua portuguesa), pela revisão textual competente (repleta de predicativos elogiosos), pelo companheirismo e por todas as conversas produtivas sobre os fatos históricos relevantes em todos os momentos do curso.

Leontina/Eugles/Renata e Marcelo/Glycia, pela receptividade imensamente humana e solicitude em todos os momentos em que necessitei de apoio. Ainda os amigos Josenildo Pessoa e Sormane Freitas.

Ao amigo cientista social e mestrando Alexandre Alves (RJ), pelos comentários produtivos, pelos diálogos férteis e inspiradores. Mais principalmente por todos esses anos de amizade baseada no carinho, reciprocidade e admiração.

Ao amigo Aldemir, pela lealdade e amizade verdadeira dentro do curso, construída desde as noites obscuras e incertas de cursinho pré-vestibular. Aprendemos, partilhamos (alegrias e decepções) e amadurecemos juntos dentro do curso.

Às bibliotecárias e demais funcionários da Casa Oliveira Vianna (Niterói/RJ), pela receptividade atenciosa no momento de minha pesquisa nesta instituição.

Professor orientador Durval Muniz, pela paciência, pelas orientações certas e muito bem embasadas e pelos diálogos esclarecedores.

Aos professores: Aurinete Girão (quanta simplicidade!!!) pela presteza honesta frente ao Departamento de História. Aos Mestres Luís Brandão Suassuna (o famoso *Kokinho*), Maria Emília Porto e Raimundo Nonato, pelas ricas sugestões durante o curso. Principalmente, pelo incentivo pessoal e profissional.

Aos meus pais (com extrema gratidão) que me ensinaram a ter obstinação, perseverança e superação diante de uma trajetória de vida repleta de obstáculos e inseguranças. Amo vocês.

“A violência mais competente é a simbólica, porque vem disfarçada. As telenovelas, por exemplo, convencem todas as noites milhões de brasileiros de que os ricos e bonitos são admiráveis.”

(Joel Rufino dos Santos, escritor e historiador)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. O RIO DE JANEIRO EM FINS DO SÉCULO XIX E COMEÇO DO SÉCULO XX	12
2.1. A expectativa republicana	12
2.2. Modernização e Europeização.....	14
2.3. Urbanização e Industrialização.....	15
2.4. Mobilização e Revoltas no começo do século XX no Rio de Janeiro.....	17
3. OS INTELLECTUAIS E AS ETNIAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	20
3.1. O contexto intelectual no Rio de Janeiro na Primeira República.....	22
3.2. A continuidade da mentalidade escravocrata no pós-Abolição e durante a Primeira República.....	23
3.3. Oliveira Vianna.....	25
3.4. Nina Rodrigues.....	27
4. DÉCADAS DE 1920/30: MOMENTO DE MUDANÇA ESTRUTURAL.....	30
4.1. A transição sócio-política da década de 1920 para 1930.....	33
4.2. O surgimento do elogio à mestiçagem	34
4.3. Gilberto Freyre	36
4.4. Arthur Ramos	37
5. OS INSTRUMENTOS NÃO-LEGAIS DE EXCLUSÃO RACIAL DESENVOLVIDOS À PARTIR DO PÓS-ABOLIÇÃO E A PRIMEIRA REPÚBLICA.....	39
5.1. A Abolição transformada em abandono e marginalização.....	40
5.2. Os negros como figurantes mudos no projeto de modernização e europeização no Rio de Janeiro em fins do século XIX.....	41
5.3. O início da cultura do <i>embranquecimento</i> e do processo de invisibilidade social dos negros.....	42
5.4. O menosprezo sistemático pela cultura afro-descendente.....	43
6. CONCLUSÃO.....	46
7. BIBLIOGRAFIA	48

1. INTRODUÇÃO

Quando foi proclamada a República e abolida a escravidão no Brasil, houve uma imensa expectativa em torno da modernização do país como uma nação livre do passado escravista. Parece que nem todos os setores sociais acreditavam neste resultado, este é o caso dos fazendeiros donos de terra. Houve uma expectativa grande principalmente no que se refere à prática dos princípios democráticos da carta constitucional republicana de 1891 que mencionava o famoso “todos iguais perante a lei”.

Existia anseio do negro por uma vida digna, o anseio de ser integrado à sociedade, com acesso à educação e ao trabalho digno, assim construindo a tão desejada cidadania comum a brancos, negros, mulatos e miscigenados.

O movimento republicano, da segunda metade do século XIX, tinha bastante preocupação com a modernização do sistema social e econômico do país. Estava sempre mencionando e comparando as leis brasileiras com as “modernas” e descentralizadas leis dos países europeus (a França é sempre um ponto de grande referência), mostrando que as leis do Império em decadência só refletiam o atraso e a ausência de crescimento.

A escravidão foi abolida em 1888 e o sistema republicano foi implantado no país com uma nova carta constitucional com princípios igualitários e democráticos. Gerava-se uma imensa agitação política no Brasil (principalmente na então capital federal: Rio de Janeiro) decorrente do enorme desejo (de alguns setores sociais) de que o país se tornasse, enfim, uma nação com leis modernas e avançadas.

Os negros foram libertos O sistema republicano foi implantado. Mas, o país carregava uma marca social que sempre incomodava a modernização desejada: os efeitos psico-sociais dos quase trezentos anos de escravidão. Os antigos donos de terra e de escravos continuavam existindo com seus capitais vultosos. Supõe-se que a postura e a mentalidade dos brancos (que detinham o capital) em relação os negros (mesmo sendo cidadãos livres em um sistema republicano), pouco havia mudado.

Supõe-se que os negros (libertos juridicamente), tentavam se inserir profissionalmente, como podiam, mas carregavam a marca de ociosos e arruaceiros e eram subestimados e preteridos em detrimento do trabalho dos imigrantes europeus. Os cidadãos de cor negra se abrigavam e se agregavam em bairros distantes e pobres da antiga capital federal, procurando meios próprios de sobrevivência e dignidade.

As primeiras décadas do pós-Abolição vão marcar decisivamente os rumos sociais e profissionais dos cidadãos negros, ex escravos, libertos juridicamente. Exatamente em fins do século XIX e começo do século XX, na antiga capital federal (Rio de Janeiro), houve um momento de turbulência e agitação política da sociedade republicana, que se formava com cidadãos livres, brancos e negros.

O Rio de Janeiro de fins do século XIX é a maior cidade do país e também o grande centro administrativo e político desta época. A então capital federal, nas primeiras décadas do pós-Abolição e da implantação da República, foi palco de efervescência política e de turbulência social. Entre 1888 e 1930, a antiga capital federal se urbanizava e modernizava, neste momento histórico em que se estruturam as novas formas de relação social dos cidadãos negros recém-libertos, com a sociedade republicana e democrática.

O que vai motivar e justificar a realização deste são estudo questões pessoais, historiográficas e sociais, pois a discussão do tema passa a ser bastante desafiadora e estimulante no campo acadêmico e social.

Os contextos social, cultural e político do começo do Brasil República em fins do século XIX e das primeiras décadas do século XX tornam este momento histórico absolutamente fértil para servir como ponto de partida à reflexão séria sobre as relações étnicas em nosso país. Este é um dos momentos políticos mais turbulentos da história do país, que estava se urbanizando e mudando, conforme princípios liberais e republicanos das novas leis e do novo contexto.

As justificativas pessoais passam obrigatoriamente pela minha própria negritude e principalmente para me chamar à responsabilidade de estimular o debate sobre a história e trajetória dos negros nos últimos 120 anos. A universidade brasileira, ainda hoje, precisa estimular e realizar reflexões sérias e comprometidas sobre as relações étnicas de nosso país.

Grande parte dos profissionais do ensino de História, no cotidiano de sala de aula, apenas repete informações que constam dos livros: os fatos históricos e as datas relevantes. Menospreza-se o passado (histórico) como instrumento/ferramenta reflexiva e de contextualização, principalmente a história da relação entre brancos e negros, o período escravocrata, os quilombos, etc. Tudo isso merece ser refletido com perspectivas de ajudar a compreender e de enxergar com olhos otimistas e quixotescos o amanhã de nosso país. ?

Sempre tive como referência personagens da nossa história que lutaram contra o poder (em todas as suas formas), seja este representado pelo capital ou pelo uso da cor da pele como instrumento opressivo, de classificação ou de distinção social (eugenia sócio-racial). Sabe-se que não existe neutralidade no uso cotidiano da palavra *negro*. Ninguém quer ser

chamado de negro, visto que esta expressão tem significado de humilhação e depreciação, numa sociedade como a nossa. Nutrimos essas referências de combate ao poder em nossa prática interpessoal cotidiana e não apenas na argumentação e justificativas retóricas ou acadêmicas.

Diante da historiografia, este trabalho monográfico contribui para a ampliação e aprofundamento das discussões e questionamentos sobre as primeiras décadas do pós-Abolição e sobre os rumos sociais dos negros brasileiros após obterem a liberdade jurídica e como foi a relação entre brancos e negros nas primeiras décadas do Brasil República.

Ao examinarmos fontes bibliográficas relacionadas aos negros ex-escravos nas primeiras décadas do pós-Abolição no Brasil, imaginamos que o tratamento recebido por estes diante das instituições sociais foi de inferiorização e abandono. Imagina-se que a mentalidade escravocrata que via o negro como uma *sub-espécie* foi mantida pelo pensamento e postura das elites intelectuais da capital federal; mesmo com a Abolição da escravatura, com liberdade jurídica dos negros e com uma Constituição republicana que concedia o que conhecemos como “*todos iguais perante a lei.*”

Conforme os acontecimentos sociais em torno do negro e sua cultura de ex-escravos (como a capoeira e candomblé nas primeiras décadas do pós-Abolição), levantamos algumas hipóteses relacionadas à continuidade ou não da mentalidade escravocrata, como:

-Conjectura-se que mesmo com uma Constituição republicana e igualitária, os intelectuais das elites da capital federal continuaram com postura e mentalidade escravocrata em relação aos ex-escravos;

-Supõe-se que a partir da Abolição da escravatura, a palavra *negro* passou a ser utilizada como forma de ofensa pessoal e de depreciação social.

-Imagina-se que foi estimulada uma cultura do embranquecimento, com o incentivo da imigração européia, conforme pensavam as elites intelectuais;

Este trabalho monográfico vincula-se à abordagem da História das Mentalidades. Para o estudo da continuidade ou não da mentalidade escravocrata das elites intelectuais, utilizamos elementos fundamentais daquele campo de abordagem teórica. A vinculação a este tema abordado com este corrente historiográfica tem, na busca de respostas, uma abordagem que liga o individual com o todo social, questionando e buscando respostas na psicologia histórica coletiva das primeiras décadas do pós-abolição na antiga capital federal (RJ).

A História das Mentalidades teve no fim dos anos 60 e começo dos anos 70, seu momento de afirmação como campo de investigação; num momento histórico de transgressão de valores e comportamentos, principalmente no que se refere à sexualidade e à juventude. A

sua abordagem interdisciplinar (assim como a Micro-História) valoriza elementos minúsculos do cotidiano com narrativa globalizante, ligando detalhes ao todo, ao problema geral.

A História das Mentalidades teve origem na França, oriunda da *Escola dos Annales*. Seus precursores, Marc Bloch e Lucien Febvre, empolgavam os historiadores com a perspectiva de construir uma história interdisciplinar. Os fundadores da revista dos Annales se interessavam pela abordagem das mentalidades, mas sempre direcionando-a para a história social.

Este campo de abordagem teórica já teve historiadores como Lê Goff, Duby, Lê Roy Ladurie, como precursores. E obras como *Arqueologia do Saber* e *História da Loucura*, ambas de Michael Foucault são importantes referências; assim como da coleção *História da Vida Privada*, organizada por Philippe Áries e Duby.

A metodologia utilizada será a pesquisa de fontes bibliográficas (livros, revistas, documentos, etc) que abordem o contexto social das primeiras décadas do pós-Abolição na antiga capital federal. Estas fontes auxiliam a compreensão dos hábitos e do pensamento das elites intelectuais em torno dos negros ex-escravos.

No livro do médico Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil (1905)*, percebemos elementos ideológicos e supostamente científicos que supostamente buscam inferiorizar os negros ex-escravos. O professor e médico Nina Rodrigues baseava-se em estudos da biologia humana para justificar as condições de degradação social que os negros estavam vivenciando no pós-Abolição. O pensamento refletia a postura e conduta de intelectuais das elites daquele contexto. Imagina-se que não desejavam a participação do negro na nova sociedade que estava se formando nos moldes republicanos.

Em *Populações Meridionais do Brasil (1920)*, o advogado e sociólogo Oliveira Vianna analisa a formação do Brasil (social, política e psicológica), na qual supõe-se exaltar a influência européia na formação da aristocracia rural do país. Supõe-se, nesta obra, que Vianna menospreza social e politicamente, todas as raças não brancas que compõem a miscigenação do país, parecendo atestar um regresso moral e político da mistura dos brancos com as outras raças.

Este livro de Oliveira Vianna também reflete o contexto político-intelectual dos intelectuais das elites do período mencionado. O que igualmente nos ajudará a refletir sobre a formação e continuidade ou não da mentalidade escravocrata.

A abordagem metodológica deste estudo vincula-se também à História do Discurso, onde iremos examinar as fontes textuais, para que possamos compreender o contexto psico-social do tema abordado: a continuidade ou não da mentalidade escravocrata. Conforme

Michel Foucault “*não é a própria sociedade que constitui a realidade a ser estudada, mas sim os discursos que ela produz, ou então as suas práticas*”.

No primeiro capítulo, vamos analisar o contexto do Rio de Janeiro em fins do século XIX e começo do século XX, abordando a expectativa republicana de mudança e, expondo detalhes fundamentais e determinantes do processo de modernização e europeização da capital federal. Ainda, observamos o processo de urbanização e industrialização no Rio de Janeiro e onde os negros estavam neste contexto, sem nos esquecer das mobilizações e revoltas populares do começo do século XX no Rio de Janeiro como a Revolta da Vacina e talvez a mais emblemática que foi a Revolta dos Marinheiros, na qual o líder da revolta foi o marinheiro negro João Cândido (o “*Mestre-Sala dos Mares*” a quem se referem os compositores Aldir Blanc e João Bosco).

É exatamente em fins do século XIX que começam a se desenvolver teorias raciais (conhecidas também por *darwinismo social*) no Brasil com o objetivo de atestar a incapacidade dos cidadãos negros já “livres” da escravidão. Mostramos, no segundo capítulo, como foi a produção de intelectuais daquele contexto em relação às etnias e como estes se referiam especificamente aos ex-escravos. Intelectuais que estavam sendo influenciados por teorias que estavam em vigor na Europa e Estados Unidos desde o começo do século XIX.

No Rio de Janeiro de fins do século XIX e começo do XX, houve um contexto favorável à produção de intelectuais ligados às elites dominantes. E dois autores foram fundamentais na difusão das teorias raciais daquele contexto: Nina Rodrigues e principalmente Oliveira Vianna. Mostraremos a trajetória e a obra destes dois autores que são as maiores referências das teorias raciais deste período mencionado.

No capítulo três, vamos expor um momento de transição na abordagem étnica e racial no país, pois houve mudança na estrutura sócio-política brasileira nas décadas de 1920 e 1930. Com o advento do Golpe de 1930, houve o surgimento da valorização do nacional, da mistura racial, da identidade brasileira e do elogio à mestiçagem. Neste contexto, o samba, a capoeira e candomblé puderam se expressar livremente e foram oficializados como cultura nacional.

Autores como Arthur Ramos e principalmente Gilberto Freyre foram difusores do elogio à mestiçagem. Obras como “*Casa Grande e Senzala*” (de 1933) e os “*Africanos no Brasil*” são emblemáticas deste contexto da década de 1930, na qual houve uma mudança na abordagem racial.

No capítulo quatro, vamos expor o desenvolvimento de instrumentos não-legais de exclusão racial a partir do processo de pós-Abolição, na qual os negros foram libertados juridicamente, e abandonados e marginalizados socialmente. Mostraremos como os negros foram os *figurantes mudos* no processo de modernização europeizada do país, consubstanciada por uma forte cultura do *embranquecimento* e, por fim, expor o processo de invisibilidade social dos negros através do menosprezo sistemático à cultura afro-descendente.

2. O RIO DE JANEIRO EM FINS DO SÉCULO XIX E COMEÇO DO SÉCULO XX

O Rio de Janeiro em fins do século XIX foi cenário de intensa agitação política e de muitas transformações sociais. Em 1888, a escravidão foi abolida. Em 1889, D. Pedro II foi deposto. Em 1891, foi promulgada uma nova Carta Constitucional em moldes republicanos e liberais, bastante influenciada pela Constituição dos Estados Unidos. Começa assim, a ser construída uma estrutura político-administrativa descentralizada, com eleições diretas e tudo conforme os desejos das oligarquias rurais dominantes.

O Rio de Janeiro foi o centro da efervescência política do país no começo do século XX, por ser, então, capital federal. Também era um centro de referências do país que recebia e captava todas as influências “modernizantes” vindas de países europeus, como os princípios republicanos e liberais.

O momento de muitas mudanças estruturais no Rio de Janeiro em fins do século XIX vai marcar decisivamente os rumos políticos e culturais dos que estavam envolvidos naquele contexto. A população vai se adaptando e se “modernizando” como pode: os ex-escravos, diante da expectativa de seus novos rumos e os ex-senhores escravocratas, diante das novas formas e possibilidade de administrar suas terras e seus capitais, inclusive mantendo a mesma mentalidade em relação aos negros, mesmo depois da Abolição.

A cidade estava se transformando. Uma nova sociedade estava surgindo. Nascia uma nova classe social: a classe operária. Formava-se a *multidão* que ia se estruturando diante das novas formas de administração política, da urbanização (a suposta modernização) e da expectativa de dias melhores para uma nação recém-republicana.

Começava um momento de indefinição social e política para os negros ex-escravos, que esperavam qualquer tipo de resposta às suas novas condições vida, nos âmbitos sociais e profissionais.

2.1. A expectativa republicana

Com a decadência do Império e o estabelecimento de uma nova estrutura político-administrativa republicana, surgiu uma imensa expectativa de modernização do sistema sócio-econômico, com leis descentralizadas, federativas que pudessem dar fim ao “atraso” do

escravismo e às centralizações imperiais. E qual a origem dos princípios republicanos difundidos no Brasil no período já mencionado?

“A forma republicana de governo nasceu nos tempos modernos, associada aos movimentos revolucionários que tinham o tema liberdade como uma de suas lutas. Há que se destacar as duas grandes Revoluções do século XVIII, a Americana de 1776 e a Francesa de 1789 com seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. A República fundada após a Revolução Francesa, por exemplo, era a forma mais adequada para um país que transformara o povo em cidadãos instaurando a igualdade de direitos e deveres”. (PRADO, 2006)

Com os ditames republicanos, muitas coisas mudaram, entre elas, a laicização do casamento (a Igreja havia se desvinculado do Estado). Passou-se também a garantir a liberdade de culto. Em 1893, uma lei complementar criou registros civis de nascimento, casamento e óbito, que até então eram feitos exclusivamente pelas Igrejas.

As eleições passaram a ser diretas, com voto obrigatório e não secreto. Podiam votar todos os cidadãos do sexo masculino, alfabetizados e maiores de 21 anos, com exceção de mendigos e soldados. E quem eram aqueles que não eram alfabetizados em fins do século XIX?

A expectativa republicana estava presente na trajetória política de personagens como o jurista Rui Barbosa, que havia sido candidato à Presidente da República duas vezes e também Ministro da Fazenda durante o Governo Provisório. Rui Barbosa era um dos personagens da política do começo do século XX que estavam totalmente sintonizados com os princípios liberais republicanos e lutou para difundir estes princípios:

“Rui Barbosa queria um Brasil Liberal, onde o povo fosse a grande majestade, queria uma modernidade política em que dominasse o espaço público e poder do Estado, impessoal e racional-legal mas fundado em uma arquitetura institucional com partidos e parlamento, na qual o indivíduo-cidadão participasse do poder e o limitasse por meio do voto. O jurista reconhecia as dificuldades para abandonar o paradigma clássico da moderna sociedade ocidental, que lançava suas raízes nas concepções políticas de fins do século XVIII, democratizadas ao longo do século XIX”. (GOMES, 1998)

Os princípios que Rui Barbosa procurava difundir em prol do desenvolvimento da estrutura republicana estavam sintonizados com a proposta de modernização da política no fim do século XIX e começo do século XX, que no contexto global-internacional também estava em plena efervescência :

“As crenças políticas estavam abaladas, os nacionalismos na ordem do dias, e as demandas pela extensão de direitos políticos e sociais cresciam, como as greves e outras agitações urbanas anunciavam, mesmo no Brasil. Os tempos eram de crise, e as palavras como decadência e atraso passavam a circular no vocabulário político internacional de forma intensa. Em momentos como esse, uma imperiosa necessidade de reorganização de idéias se impõe, seja para compreender melhor o que aconteceu, seja para se poder planejar o futuro, que se anuncia perceptível e inevitável como “novo”. Tempos de crise são assim, tempos de modernização nos quadros mentais e nos projetos políticos” (GOMES, 1998)

A expectativa republicana no Brasil estava sintonizada com a ebulição política que era evidente principalmente nos países europeus. As transformações e agitações políticas intensas das grandes potências do exterior (das quais o Brasil era dependente) geraram como consequência um contexto propício e favorável às transformações na estrutura político-administrativo do Brasil no período em questão.

2.2. Modernização e Europeização

Com a decadência do Império e o advento da República, as elites do Rio de Janeiro estavam sintonizadas com as idéias de modernização da estrutura política conforme as influências das nações européias. Esta modernização passava também pelo novo requinte nos hábitos cotidianos dos mais abastados do começo do século XX, da então capital federal.

A suntuosidade desta modernização foi muito bem observada por Gilberto Freyre:

“Levantando edifícios novos, os mais requintados em estilo mourisco. Maravilhas de art nouveau. E tudo iluminado em modo tal, que as noites comuns pareciam noites de festa. Era o Rio que se “civilizava”, na frase de um dos seus cronistas. E sem febre amarela, sem quiosques, sem negras de tabuleiro nas ruas mais elegantemente novas, com calçadas em que as pedras escuras e claras formavam serpentes, à tradicional maneira portuguesa revivida no trópico brasileiro, era uma cidade que mostrava quanto o Brasil republicano se tornara diferente do de Pedro II. Com outro ritmo de progresso, diferente para melhor, concordava a maioria, sob o protesto de um ou outro caturra. Até seus crimes, de rústicos e banais, vinham se tornando parecidos com os da Europa, e praticados não apenas por negro boçais mas por italianos sofisticados.” (FREIRE, 2000)

As elites do Rio de Janeiro do começo do século XX desejavam uma cidade com ares cosmopolitas, que nem de longe, pudessem lembrar o passado colonial, rural e escravista dos tempos imperiais. Isto era visível nos novos hábitos modernizantes (participar de

elegantes bailes fechados ou freqüentar os recentes clubes esportivos, por exemplo) e nos novos vestuários de extrema elegância e inspiração francesa.

Os hábitos domésticos foram mudando, pois a capital federal estava deixando de ser agrária. As casas dos mais abastados do começo do século XX foram bastante modificadas internamente, pois os aposentos passaram a ser mais privativos e reservados, bem diferente dos casarões anteriores em que toda atividade doméstica era muito exposta, sem controle ao acesso e com pouquíssima privacidade individual. Como bem expôs Jeffrey D Needell descrevendo as decorações imponentes da Belle Époque Tropical:

“A decoração doméstica da Belle Époque carioca, como a da França, desde o Segundo Império, estava repleta de moveis especialmente dispostos para conversação. O padrão clássico exigia um sofá, flanqueado, em ângulo reto, por duas fileiras curtas de poltronas. Em geral, as peças eram em estilo Luís XVI, por vezes Império. O plano era um importante e inevitável monumento, ao gosto e à respeitabilidade da elite. As paredes eram revestidas com seda ou veludo estampado com motivos franceses, ou, mais comumente, com papel de parede francetons. Candelabros de cristal complementavam iluminação que os lampiões a gás lançavam sobre as porcelanas de sévres ou da saxônia, e exércitos em miniatura de bibelots espalhavam-se sobre todas as superfícies horizontais e eram refletidos nos magníficos espelhos de parede. Pinturas em molduras ornamentadas eram dispostas em profusão, bem como retratos dos titulares e políticos da família, ou quadros europeus de diversas escolas. Por fim, os acabamentos básicos dos interiores, do ferro fundido aos entalhes em madeira, do mármore ao vidro, eram importados da França – como a moldura adequada e brilhante para uma requintada demonstração de riqueza. O esplendor material da casa era um monumento à paixão carioca por um estilo de vida refinadamente francês.” (NEEDELL, 1993)

A europeização era visível e bastante evidente nos hábitos e novos desígnios das elites cariocas do começo do século XX. Todo hábito doméstico, cultural ou trejeito que fizesse menção a uma mistura de influências como a africana era abominado. A vontade de se parecer como os europeus, de estar sintonizado com as nações ricas era bem evidente no vestuário suntuoso dos mais abastados da antiga capital federal.

O grande ápice de reverência e contemplação à modernidade e à europeização foi o momento de inauguração e usufruto de obras como a Avenida Central (logo depois chamada de Avenida Rio Branco), onde as elites podiam exibir sua elegância numa avenida projetada para este fim. Uma avenida sem vendedores ambulantes, sem maltrapilhos trafegando aleatoriamente, que poderiam comprometer o culto à modernidade. Também o acesso a uma das mais suntuosas e magníficas obras da área central do Rio de Janeiro: o Teatro Municipal, exatamente construído, não por acaso, paralelo à Avenida Central que era um símbolo maior e

imponente do momento de apogeu de culto à modernização e europeização das elites do Rio de Janeiro do começo do século XX.

Na parte obscura da cidade, nos lugares distantes, cortiços e morros os ex-escravos estavam se instalando conforme a liberdade concedida pelo Império. Começava a formação das favelas e subúrbios, lugares conhecidos como “lugar dos negros”.

2.3. Urbanização e Industrialização

O processo de industrialização do país, em fins do século XIX e começo do século XX, também foi determinante para a modernização pela qual a capital federal estava passando, pois as conseqüências sociais foram grandes como o crescimento populacional do Rio de Janeiro, com forte imigração européia para a capital e o advento de novas formas de relação de trabalho. Com o surgimento das fábricas da área têxtil, crescimento da construção civil e com o advento da metalurgia grande parte dos que moravam no campo mudaram-se para a capital federal, com o intuito de inserir-se neste mercado de trabalho em evidência e ascensão.

O início do processo de urbanização do Rio de Janeiro vai marcar e mudar decisivamente os hábitos e costumes da população carioca. Pois o

“governo federal, na gestão do Presidente Rodrigues Alves, em ação conjunta com o governo Municipal, administrado pelo Prefeito Pereira Passos, empreende de 1903 a 1906 a primeira grande reforma urbana sistematicamente planejada e executada, reforma que altera profundamente não apenas a fisionomia da cidade, como também velhos hábitos e costumes solidamente arraigados entre a população carioca” (ADDOR, 1986)

Até fins do século XIX, as ruas do Rio de Janeiro eram estreitas e imundas e a população ficava absolutamente exposta a doenças diversas. Nos aglomerados e cortiços, onde os mais pobres se amontoavam surgiam epidemias de doenças geradas exatamente pela desestruturação urbana e habitacional. A reforma do prefeito Pereira Passos não teve finalidade apenas sanitária e higiênica, mas dar fim à hábitos tradicionais do povo carioca, que “enfejavam” a *Belle Époque* das elites afinadas com o requinte dos padrões europeus, como bem mencionou Jefferey D. Needell no seu livro *Belle Époque Tropical*:

“Pereira Passos atacou também algumas tradições cariocas. Proibiu a venda ambulante de alimentos, o ato de cuspir no chão dos bondes, o comércio de leite em que as vacas eram levadas de porta em porta, a criação de porcos dentro dos limites urbanos, a exposição da carne na porta dos açougues, a

perambulação de cães vadios, o descuido com a pintura das fachadas, a realização do entrudo e os cordões sem autorização no carnaval, assim como uma série de outros costumes “bárbaros” e “incultos” (NEEDELL, 1993)

O “bota-abaixo” do prefeito Pereira Passos modernizou a região central do Rio de Janeiro. Com isto, muitas famílias que ali viviam foram desalojadas e expulsas para lugares distantes, para os futuros subúrbios e os morros que seriam as futuras favelas. Muitos foram despejados sob violenta ação policial.

O Rio de Janeiro do começo do século XX estava passando também por um acelerado processo de expansão demográfica, pois se em 1890 a cidade tinha 522.654 habitantes, em 1920 ela já era de cerca de 1.157.873 habitantes. A cidade era o centro político-administrativo do país o que, conseqüentemente gerava tanto uma migração interna como uma imigração estrangeira. Era muito comum a presença de portugueses, espanhóis e italianos nas primeiras décadas do século XX.

Em meio a este processo de modernização, urbanização e industrialização vai se formando a classe operária no Rio de Janeiro, com grande heterogeneidade étnica e cultural, gerando uma importante diversidade: brasileiros (brancos pobres, negros ex-escravos ou descendentes destes) e uma grande quantidade de imigrantes europeus (destacam-se aí italianos, portugueses e espanhóis). Esta nascente classe operária será bastante influenciada pelo anarquismo, tanto em suas ações reivindicatórias, como na prática do anarco-sindicalismo com uma atuação político-operária que não estava apenas relacionada à diminuição da carga horária de trabalho ou melhorais salariais, mas ao anti-clericalismo, anti-militarismo e principalmente à abolição da propriedade privada dos meios de produção, isto é, a fábrica gerida e administrada pelos próprios operários de forma auto-gestionária.

A repressão ao anarquismo nas primeiras décadas do século XX foi intensa, por causa do teor revolucionário das mobilizações e as imensas greves que iam ameaçando o poder das elites cariocas daquele contexto. Como conseqüência da feroz repressão ao anarquismo, foram deportados inúmeros operários de origem europeia e anarquistas de origem brasileira foram levados para o “campo de concentração” (trabalhos forçados no interior do país).

2.4. Mobilizações e Revoltas no começo do século XX no Rio de Janeiro

As condições habitacionais da população mais pobre do Rio de Janeiro em fins do século XIX e começo do século XX eram periclitantes e lastimáveis. A desorganização

urbana, a ausência de uma estrutura sanitária e o aglomerado de pessoas acabou gerando epidemias que vitimaram milhares de pessoas nos anos de virada do século. A excessiva concentração de pessoas em condições precárias resultou na proliferação de doenças como a peste bubônica, a febre amarela e a varíola, pois

“as condições de habitação eram extremamente precárias, concentrando-se a população pobre no centro da Cidade Velha, superpovoando “promiscuamente” cortiços, estalagens, avenidas e casas de cômodos . Muitos dos quais antigos casarões coloniais transformados por seus proprietários em fonte de renda através do aluguel – verdadeira colméias humanas.” (ADDOR, 1986)

O governo Rodrigues Alves (1902 a 1906) junto com o Departamento Nacional de Saúde Pública decretou a obrigatoriedade da vacina contra a varíola. Este decreto fazia parte de um programa de reforma sanitária liderada pelo médico e sanitarista Oswaldo Cruz, que também criou a brigada mata-mosquitos, responsável pela inspeção das casas para eliminar focos de doenças.

A população pobre do Rio de Janeiro não aceitou de forma alguma a obrigatoriedade da vacina, que foi mais rejeitada pelas mulheres, pois tinham que expor braços e ombros para a aplicação. Para aqueles que deveriam tomar a vacina, não foi dado nenhum esclarecimento sobre a obrigatoriedade de tomá-la e nem sobre sua forma de aplicação. Com isto, a própria população organizou uma Liga contra a Vacina Obrigatória. As ruas do centro do Rio de Janeiro viraram campos de batalha, e diante de muita violência e prisões, o governo teve que decretar Estado de Sítio para conter a revolta que recebeu o nome de Revolta da Vacina. Depois da situação controlada pela Guarda Nacional foi cancelada a obrigatoriedade da vacinação, passando a ser opcional.

Poucos anos depois, explode outra revolta na capital federal: era 1910 e a Marinha brasileira ainda usava castigos físicos para punir indisciplinas, isto décadas após a Proclamação da República e a Abolição da escravatura no Brasil. Em novembro de 1910, marinheiros revoltados (grande maioria de negros, pardos e mulatos) com os castigos corporais e as péssimas condições de trabalho, organizaram um motim e conseguiram ter o controle de alguns dos principais navios de guerra como o Minas Gerais e o São Paulo.

As chibatadas e demais violências físicas eram dirigidas contra os marujos que eram negros, mulatos e pobres. Existia um direcionamento específico, pois o oficialato da Marinha deste contexto era formado por homens brancos, sem exceção. A linguagem e a forma de punição escravocrata pareciam continuar na Marinha, mesmo décadas após a Abolição.

Com os canhões apontados para a cidade, os marinheiros, liderados por João Cândido (negro), ameaçavam bombardeá-la, caso as chibatadas não fossem suspensas. Também exigiram anistia para aqueles que estivessem participando da mobilização. Tal fato (conhecido como a Revolta da Chibata) causou intenso desgaste e agitação no governo recém-eleito de Hermes da Fonseca, que após dias de negociação, obteve dos revoltosos, a devolução das embarcações, de forma pacífica, aos oficiais e aprovou a anistia aos participantes da revolta.

O fato desta revolta de marinheiros ter como líder um negro, causou um imenso espanto à imprensa republicana, que não acreditava que marujos que “não tinham qualificação alguma” conseguissem se insurgir e controlar com perícia e maestria os mais potentes navios da Marinha brasileira daquele contexto.

A reação inicial do Estado foi de cautela em relação à revolta:

“atitudes do aparelho de Estado brasileiro oscilaram entre medo diante das forças controladas pelos marinheiros, a vontade de reação armada contra o movimento e as vozes – muito raras, algumas agindo em benefício próprio e procurando conduzir os marinheiros a enquadrarem seu gesto no moldes de legitimidade impostos pelo Estado (submissão à hierarquia, por exemplo) – que atribuíram algum sentido as queixas dos revoltosos.” (SILVA, 1982)

Alguns meses depois aconteceu uma suposta rebelião entre os marinheiros, que serviu de pretexto para efetuar uma violenta repressão aos que participaram da Revolta da Chibata. João Cândido e mais 17 revoltosos foram presos numa masmorra na Ilhas da Cobras (RJ), passando três dias sem comer e beber. Nesta prisão, sobreviveram: João Cândido que logo foi internado em um hospital para alienados, e um marujo conhecido como “Pau de Lira”.

A anistia aos revoltosos, aprovada em 1910, não foi respeitada e a maioria dos marujos que participaram da revolta foi levada para trabalhos forçados na Amazônia. Destes muitos foram fuzilados no caminho e jogados ao mar. (7).

3. OS INTELLECTUAIS E AS ETNIAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Em meados do século XIX, as teorias raciais têm grande difusão e repercussão na Europa, na tentativa de justificar cientificamente as diferenças sociais através de elementos étnicos e raciais. Teorias que procuravam justificar a suposta superioridade dos brancos (europeus principalmente) em relação aos africanos e demais etnias não-brancas.

Estas teorias raciais que estavam em evidência na Europa, no século XIX, chegaram pouco depois ao Brasil, exatamente no momento em que o país estava em plena transição de sua estrutura sócio-política com Abolição da Escravatura (1888), o advento do fim do Império (1889) e a nova Carta Constitucional (1891) nos moldes republicanos. Neste momento, deu-se início o processo de modernização do país com moldes e referências européias, principalmente no Rio de Janeiro (então capital federal) que estava sendo preparado para se tornar um centro de referência cosmopolita, simbolizando uma nova etapa no país.

As teorias raciais européias foram bem recebidas nos variados estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa, as quais, naquele contexto, eram pontos de referência da elite intelectual de um país com uma imensidão de iletrados e analfabetos. De locais como IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro) ou na Faculdade de Medicina da Bahia, saíram alguns dos arautos do arianismo no Brasil do começo do século XX.

Esta reduzida elite pensante nacional repetia as fórmulas de pensamento das teorias raciais européias em moldes tupiniquins,

“baseando-se em “determinismo de cunho racial, que toma força nesse contexto. Denominada “Darwinismo Social” ou “Teoria das Raças”, essa nova perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que não se transmitiriam “caracteres adquiridos”, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças constituíram fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por principio, entendido como erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de “tipos puros” – e portanto não sujeitos a processos de miscigenação – e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social” (SCHWARCZ, 2005)

Junto ao projeto de modernização, urbanização e industrialização do Brasil naquele contexto de fins do século XIX e começo do século XX, na capital federal (Rio de Janeiro), existia uma vontade de invisibilizar os negros e excluí-los deste processo de nação moderna e europeizada. Conforme este contexto, as elites intelectuais desenvolveram “teorias raciais” para justificar a marginalização e invisibilidade dos negros, no processo de uma nova nação moderna que estava florescendo.

Estes intelectuais, responsáveis pelo advento das teorias raciais no Brasil, daquele contexto, eram pessoas que receberam formação educacional com bases européias, com tradições jesuíticas e humanistas de Portugal, influenciados ainda (mais fortemente a partir do século XIX) pela cultura francesa, de mensagens iluministas junto a ideários laicos, materialistas e também de idéias relacionadas à Revolução Francesa.

Exatamente este contexto político e educacional favoreceu à formação das elites intelectuais do Brasil que assimilaram as teorias raciais européias e as aplicaram, conforme a realidade racial absolutamente miscigenada e sincrética do país. E mesmo os abolicionistas (maioria) também mencionavam a superioridade dos europeus no processo de miscigenação, como verificou Thomas E. Skidmore no livro *Preto no Branco*:

“Não obstante, os abolicionistas brasileiros falaram sobre o papel da raça na história. A maioria deles previu um processo “evolucionista” com o elemento branco triunfando gradualmente. Estavam preparados até para acelerar essa “evolução”, promovendo a imigração européia, que eram favoráveis por dois motivos: primeiro, os europeus ajudariam a compensar a escassez de mão-de-obra resultante da eliminação do trabalho escravo que livre era tanto mais necessário quanto a taxa de reprodução da população livre de cor, era tida por insuficiente para atender às necessidades do trabalho. Em segundo lugar, a imigração ajudaria a acelerar o processo de “branqueamento” no Brasil.” (SKIDMORE, 1976)

Grande parte dos intelectuais da elite brasileira aceitava a idéia da miscigenação, mas esperavam que este processo de amalgamação funcionasse como instrumento de “clareamento” da nação, já que o *gene* branco seria mais forte. Entre 1880 e 1920, a ideologia do “branqueamento” estava em tanta evidência que foi ganhando respaldo científico cada vez maior. Os intelectuais acreditavam que a suposta “raça superior” (branca) iria acabar prevalecendo no processo de miscigenação.

Não havia uma problematização aprofundada sobre as misturas de raças no Brasil daquele contexto. As teorias dos intelectuais das elites nacionais geralmente eram vagas mesmo quando mencionavam a suposta superioridade racial dos europeus, como cita Thomas E. Skidmore:

“Algumas teorias de “arianismo” eram bastante vagas - para incluir virtualmente todos os europeus como “Arias” - malgrado as sutilezas da distinção entre “nórdicos” e “celtas”, difícil para o entendimento brasileiro.” (SKIDMORE, 1976)

No começo do século, os temas raciais eram também bastante recorrentes na Medicina, para que se justificasse até mazelas fisiológicas, como

“na Bahia é a raça, ou melhor, o cruzamento racial que explica a criminalidade, a loucura, a degeneração. Já para os médicos cariocas, o simples convívio das diferentes raças que imigraram para o país, com suas diferentes constituições físicas, é o que seria o maior responsável pelas doenças, a causa de seu surgimento e o obstáculo à “perfectibilidade” biológica.” (SKIDMORE, 1976)

3.1. O contexto intelectual do Rio de Janeiro na Primeira República

O Rio de Janeiro, então capital federal, em fins do século XIX, vivia um contexto de efervescência intensa nos aspectos sócio-políticos. Era o Rio de Janeiro da *Belle Époque*, que estava sendo modernizado, urbanizado e industrializado em moldes europeus. Existia uma estrutura burocrática que estava surgindo, necessitando bastante de pessoas letradas e qualificadas, em meio a um país de maioria analfabeta e iletrada.

Os intelectuais das elites brasileiras estavam presentes neste contexto. Quase todos estavam inseridos nos jornais escritos, nos cargos estaduais ou nos Ministérios do Governo Federal (com sede no Rio de Janeiro). O momento de prosperidade da *Belle Époque* carioca propiciou uma intensa atmosfera cultural para os intelectuais, que estavam instalados na capital federal.

Tudo que estava em ebulição no contexto científico, político e cultural na Europa era muito bem recebido pela produção e interatividade dos intelectuais no Rio de Janeiro de fins do século XIX e começo do século XX.

“Vemos portanto, que esse desdobramento a nível mundial da cultura europeia forçava no sentido de uma europeização das consciências e gozava de vantagem de ser o único padrão de pensamento compatível com a nova ordem econômica unificada, fornecendo, pois, o subsídio para as iniciativas de modernização das sociedades tradicionais. O caso brasileiro é típico. No Brasil, esse intelectuais postavam-se como lumes, “ os representantes dos novos ideais de acordo com o espírito da época”, a indicar o único caminho seguro para a sobrevivência e o futuro do país.” (SEVCENKO, 1995)

A Rua do Ouvidor era o grande ponto de referência, de encontro e boemia dos intelectuais no contexto da festejada *Belle Époque* carioca. Esta rua, que é uma das mais citadas nos textos do consagrado escritor Machado de Assis, era local onde a consciência europeizada era alimentada e renovada, nos cafés, confeitarias e livrarias.

Os intelectuais da Primeira República não tinham consciência da imensidão do mar de analfabetos e iletrados do país, pois nos países europeus não se encontravam analfabetos em tamanha proporção. Em 1890, o Brasil possuía uma população de 14.333,915 e o número de analfabetos era de 12.213,356. Isto é, sabiam ler apenas 16 ou 17 em 100 brasileiros. Era uma produção de poucos, interessando a poucos.

O Rio de Janeiro da *Belle Époque* produziu o universo propício à produção intelectual limitada e elitizada, pois

“a proximidade da sede do Governo Federal, reformado e ampliado, oferecia inúmeras oportunidades adicionais aos letrados, desde simples empregos burocráticos até cargos de representação, as comissões e as delegações diplomáticas. Igualmente importante era a tutela oferecida pelo Estado a organizações culturais e institutos superiores e o mecenato declarado do Ministério das Relações Exteriores aos grandes expoentes das letras. O Rio de Janeiro oferecia um campo ímpar de atuação para os intelectuais em país pobre e quase que totalmente analfabeto. Os cafés, confeitarias e livrarias da cidade pululavam de múltiplos conventículos literários privados, compostos de confrarias vaidosas que se degladiavam continuamente pelos pasquins esporádicos da Rua do Ouvidor.” (SEVCENKO, 1995)

Estava absolutamente claro que a produção do saber era também um dos instrumentos de exclusão do negro neste contexto da Primeira República europeizada e modernizadora. Os negros não estavam incluídos nas estatísticas daqueles poucos que sabiam ler e escrever naquele momento. E parte do que era produzido por intelectuais da elite era exatamente uma teoria que justificasse cientificamente as condições inferiores e degeneradas na qual os negros se encontravam.

3.2. A continuidade da mentalidade escravocrata na Primeira República

Será através de autores como Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, que faziam parte da vanguarda científica das primeiras décadas do pós-Abolição, que vamos constatar uma permanência da mentalidade escravocrata entre as elites intelectuais do país. As idéias e propostas que se referem aos negros foram concebidas anos após a libertação jurídica dos escravos. A Constituição Republicana de 1891 mencionava a igualdade de direitos e não mais qualquer distinção dos indivíduos através da cor da pele.

O processo de modernização da então capital federal visava excluir dos desígnios e anseios de “progresso” e “civilização” os não-brancos (mais especificamente os negros). Exatamente por isso este processo foi desenvolvido nos moldes europeus. Na arquitetura, no

vestuário e principalmente nos requintes dos novos hábitos cotidianos da elite letrada, diante da imensidão de analfabetos.

Fazia parte daquele contexto sócio-político-cultural do Brasil em fins do século XIX e começo do século XX, captar e adaptar o que vinha do continente europeu. Em relação às questões étnicas e raciais não foi diferente, uma vez que na Europa já tinham sido difundidas teorias que supostamente atestavam a superioridade da raça branca.

Os autores brasileiros anteriormente mencionados desenvolveram suas análises a partir da influência européia em um contexto absolutamente propício a dar segmento à idéias e posturas de segregação racial, naquele momento do pós-Abolição e do advento do regime republicano. As conclusões de suas teorias tinham o objetivo exato de atestar a suposta inferioridade e incapacidade dos negros diante do “novo” momento que o país estava atravessando, sob os desígnios de “progresso” e “civilização”. Foi preciso apresentar justificativas científicas e biológicas, para que fosse efetuada uma política sistemática de exclusão e marginalização do negro no pós-Abolição.

O “O bota-abaixo” do então prefeito Pereira Passos retirou os não-brancos da região central do Rio de Janeiro, levando-os para os futuros subúrbios e favelas, com o intuito de que não participassem ou usufríssem da modernização estética europeizada. Este episódio também foi decisivo para continuação da marginalização e construção do estigma de ser negro.

A sociedade, formada e desenvolvida no pós-Abolição e no decorrer da República, foi se baseando exatamente nestas idéias oriundas dos intelectuais das elites a respeito do negro. A idéia de olhá-lo como um ser subestimável e inferior se manteve, mesmo tendo passado algumas décadas da Abolição, da mudança das leis que diziam que não existiam mais escravos no Brasil e que os cidadãos não eram mais diferenciados por causa da cor.

As dificuldades continuaram para o negro mesmo após a Abolição. Surgiram habilidosos instrumentos e mecanismos de opressão e segregação, que não eram escravocratas, como bem menciona Clóvis Moura:

“Após o 13 de Maio o sistema de marginalização social que se seguiu, colocaram o negro como igual perante a lei, como se no seu cotidiano da sociedade competitiva (capitalismo dependente) que se criou esse princípio ou norma não passasse de um mito protetor para esconder desigualdades sociais, econômicas e étnicas. E após a Abolição, no entanto, houve um período na qual o negro não encontrava possibilidades de se integrar economicamente e encontrar a sua identidade étnica de forma não fragmentada e confusa. Daí uma fase onde ele, como elemento mais onerado no processo de passagem da Escravidão para o trabalho livre, desarticulou-se social, psicológica e culturalmente.” (MOURA, 1994)

As experiências vivenciadas pelos negros, no período pós-Abolição e na sociedade republicana, foram fundamentais para definir a estrutura da sociedade em relação às questões étnicas. Mesmo estando juridicamente libertos, os negros passaram a carregar um estigma que foi levado às décadas futuras, por que

“o trabalho duro nos campos e a continuidade do poder dos fazendeiros aparecem como principais eixos de continuidade entre o tempo do cativo e o tempo da liberdade. Especialmente durante as primeiras décadas após o fim do cativo, referências à condição de ex-escravos ou menções à cor de uma pessoa continuavam a causar suspeição ou a desqualificar um indivíduo. O uso de uma linguagem racial continuou a hierarquizar os indivíduos, impondo-lhes a marca de descendentes de senhores ou de escravos.”.
(MATOS e RIOS, 2005)

Na antiga capital federal (Rio de Janeiro) do pós-Abolição e nas primeiras décadas da Primeira República é que vamos encontrar elementos suficientes para exemplificar a continuidade da mentalidade escravocrata em fins do século XIX e começo do século XX. Exatamente por ser, então, a maior cidade do país e ser o centro de referência política e pólo administrativo e econômico.

3.3. Oliveira Vianna

Sem dúvida, Oliveira Vianna foi um dos representantes fundamentais das teorias raciais da Primeira República no Brasil. Sendo inclusive chamado de “arauto do arianismo” por Gilberto Freyre. Foi um dos autores que aceitou explicitamente as teorias raciais que, desde meados do século XIX, estavam em vigor e ebulição na Europa.

Os escritos de Oliveira Vianna vão ganhar força e visibilidade exatamente após o início do regime republicano em 1889; momento em que o Brasil vivia um instante de transição conturbada em sua estrutura político-administrativa. Também foi neste contexto que as teorias raciais européias começam a ganhar entusiasmados adeptos nas elites intelectuais brasileiras.

As idéias relativas à raça e à etnia desenvolvidas por Oliveira Vianna procuravam desenvolver íntima relação entre fisiologia, psicologia e antropologia; ao procurar respostas sempre preconceituosas sobre a formação das raças, especificamente quando se refere aos não-brancos. Isto na verdade se resumia a uma proposta de “arianismo”, quando o próprio

Oliveira Vianna se referia à “civilização” tão em voga e desejada nos ideários modernizantes da Primeira República.

Oliveira Vianna procurava justificar a inferioridade dos negros baseando-se em estudos de comparações antropológicas, fisiológicas e psicológicas. Tais estudos e comparações já desenvolvidos nos grandes centros pretensamente científicos da Europa e dos Estados Unidos davam referência e respaldo às divulgadas “teorias raciais” no Brasil.

Sua obra mais comentada e estudada “*Populações Meridionais no Brasil*” (1ª edição: 1918) analisa os aspectos históricos, políticos, sociais e psicológicos da formação das populações rurais do centro-sul do Brasil e analisa o que chama de “*Biotypologia e psicologia ethnica*” dos tipos miscigenados (como o próprio autor) da formação do país. Oliveira Vianna é bastante contundente quando se refere aos negros e sua relação com a civilização:

“Entre numerosas nações negras, que aqui se fixam, há diversidades de tipos e de mentalidades mais sensíveis do que as que existem entre portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, italianos e alemães, quando comparamos entre si. Tribos há de negros absolutamente indomesticáveis, e incivilizáveis, de instintos selvagens. De mentalidade rudimentar, incapazes de qualquer melhoria ou ascensão.”

No livro “*A Evolução do Povo Brasileiro*”, de 1922, Oliveira Vianna analisa e propõe discussão sobre a evolução da sociedade brasileira, suas raças e as instituições políticas:

“Pela limitação e mesquinhez dos seus objetivos, esses exemplares mais selectos e excepcionais da raça negra não trazem nenhuma contribuição apreciável ao progresso da massa colonial, nem podem ser computados como elementos numeráveis no conjunto das forças, que tem impellido para diante a nossa civilização.

Esta é obra exclusiva do homem branco. O negro e o índio, durante o longo processo da nossa formação social, não dão, como se vê, as classes superiores e dirigentes, que realizam a obra de civilização e construção, nenhum elemento de valor. Um e outro formam a massa passiva e improgressiva, sobre que trabalha, nem sempre com êxito feliz, a ação modeladora do homem da raça branca.

Estas duas raças inferiores só se fazem agentes da civilização, isto é, somente concorrem com elementos eugênicos para a formação das classes superiores, quando perdem a sua pureza e se cruzam com o branco.”

Oliveira Vianna (advogado e também historiador), foi um dos autores mais lidos nas primeiras décadas do século XX. Era mulato, interessava-se bastante pelas questões étnicas, sempre usando na difusão de suas idéias as expressões “raça superior” e “raça inferior”.

Fazia elogios explícitos ao processo de imigração europeia, que acreditava contribuir para “arianização” do país. Oliveira Vianna foi um dos autores, foi um dos intelectuais das elites que viu com olhos otimistas o ideal de branqueamento, usando sempre como base autores renomados do racismo científico europeu como Ratzel, Gobineau e Lapouge. 1

Acreditava que o Brasil iria atingir a pureza étnica pela miscigenação, ideal apreciado pelas elites daquele contexto. Oliveira Vianna afirmava convictamente que os negros só conseguiriam “evoluir” se perdessem sua “pureza” e se cruzassem com os brancos.

Oliveira Vianna foi um dos principais intelectuais das elites do Rio de Janeiro, que representou convictamente o pensamento racista das primeiras décadas do pós-Abolição e durante a Primeira República.

3.4. Nina Rodrigues

O professor da Faculdade de Medicina da Bahia Nina Rodrigues também foi um dos precursores das “teorias raciais” no Brasil da Primeira República. Seu legado e suas pesquisas mais aprofundadas sobre as raças e etnias foram concebidos em fins do século XIX. Nina Rodrigues também foi um defensor ferrenho da Medicina Legal e de sua necessária autonomia.

Assim como Oliveira Vianna, recebeu de forma calorosa e entusiástica as teorias raciais oriundas da Europa que estavam chegando ao Brasil, em fins do século XIX. Obviamente por ser médico, ocupou-se bastante das justificativas fisiológicas e epidérmicas para reforçar seu ideário de superioridade da raça branca, sobrepujando a raça negra.

Sua obra mais contundente e voraz a serviço do “arianismo” é o livro “Os Africanos no Brasil” (primeiras edições datam de 1906) considerado um clássico da etnologia brasileira que traz também citações de outros médicos, como a declaração do Dr. Remédios Monteiro (médico catarinense) que relacionado ao tema diz: *“A raça negra tende a desaparecer em Santa Catarina pelo efeito do clima.”*

As questões orgânicas e fisiológicas estão evidentes como justificativas da suposta inferioridade dos negros, como na longa citação da página 262:

“De fato, não é a realidade da inferioridade social dos negros que está em discussão. Ninguém se lembrou ainda de contestá-la, e tanto importaria contestar a própria evidência. Contendem, porém, os que a reputam inerentes à constituição orgânica da raça e, por isso, definitiva e irreparável, com aqueles que a consideram transitória e remediável. Para os primeiros, a constituição orgânica do negro modelada pelo habitat físico e moral em que

se desenvolveu, não comporta uma adaptação à civilização das raças superiores, produtos de meio físico e cultural diferente. Trata-se ia mesmo de uma incapacidade orgânica ou morfológica. Para alguns autores, esta explicação seria ossificação precoce das suturas cranianas que, obstando o desenvolvimento do cérebro, se tornaria responsável por aquela consequência. E a permanência irreparável deste vício ai se está a atestar na incapacidade revelada pelos negros, em todo o decurso do período histórico, não só para assimilar a civilização dos diversos povos com que estiveram em contato como ainda para criar cultura própria.”

Nina Rodrigues também acreditava que a suposta superioridade da raça branca iria fazer com que o negro fosse se “diluindo” no processo miscigenatório, que passaria a ser um instrumento de “branqueamento” da nova sociedade que estava surgindo, “moderna”, “civilizada” e europeizada.

Nina Rodrigues tornou-se o principal doutrinador racista (embora fosse mulato) brasileiro da segunda metade do século XIX; gozava de alta credibilidade científica. Neste período, ele desenvolveu idéias racistas embasadas na Medicina Legal. Frequentemente quando se referia à questões étnicas, mencionava o “problema do negro no Brasil.”

O professor Nina Rodrigues, conforme suas teorias racistas, não tinha nenhuma dúvida em relação à inferioridade dos negros. Conforme ele próprio, os negros eram incapazes de atingir, através da inteligência, “o elevado grau a que chegaram as raças superiores”. Ainda lamentou que suas conclusões raciais não foram levadas em conta e não tiveram aproveitamento para revisão do Código Penal Brasileiro de 1890.

Quanto ao negro ex-escravo, Nina Rodrigues sempre foi enfático em expor a impossibilidade deste ter um comportamento “civilizado” numa sociedade que estava se reestruturando social e politicamente. O professor também fez comparações explícitas entre as condições raciais brasileiras e as dos Estados Unidos.

Nina Rodrigues fazia forte oposição às idéias otimistas referentes à miscigenação, àqueles que viam um “valor social” do negro e do mestiço, escrevendo textos com títulos como “Degenerescência física e mental entre os mestiços nas terras quentes” de 1898. A idéia que vai resumir e sintetizar a teoria de Nina Rodrigues é a de que a influência do negro constituiria um dos fatores da nossa inferioridade como povo.

4. DÉCADAS DE 1920/30: MOMENTO DE MUDANÇA ESTRUTURAL

A partir dos anos finais da década de 1910, a sociedade brasileira novamente viveu um outro momento de efervescência e profundas transformações. Os efeitos da conjuntura internacional começaram a aparecer na estrutura sócio-econômica brasileira de forma bastante impactante.

O Rio de Janeiro (então capital federal) estava num processo acelerado de urbanização, tornava-se uma metrópole e a classe trabalhadora se organizava, bastante influenciada pelo clima revolucionário causado pela vitória da Revolução Russa. O ímpeto revolucionário da classe trabalhadora já estava sendo fomentado e consubstanciado por idéias anarquistas que foram trazidas por imigrantes europeus, principalmente espanhóis e italianos.

Os imigrantes europeus, a partir de fins do século XIX estavam sendo bem vindos ao Brasil para que pudessem acelerar o processo de “embranquecimento” desejado pelas elites econômicas. Mas, neste outro momento da conjuntura sócio-política, de impulso revolucionário da classe trabalhadora, muitos imigrantes europeus estavam sendo presos e deportados por causa da difusão de idéias anarquistas e comunistas na capital federal:

A repressão ao movimento foi violenta em novembro de 1918 na capital federal:

“A polícia recebendo ordens severas e terminantes para agir com energia em nome da ordem, da segurança e da tranqüilidade públicas, e impedir que a capital da República caia no domínio da anarquia, nas mãos dos “masoqueiros” estrangeiros”, desencadeia uma violenta escalada repressiva. Uma nota oficial emitida pelo gabinete do chefe de Polícia afirma: “A autoridade pública está, pois, lutando com anarquistas, quase todos estrangeiros, que quer implantar o maximalismo entre nós, e para homens desta espécie, bem como para os maus brasileiros que os acompanham, todo rigor é pouco. Para defender a ordem pública, além das medidas já tomadas, a polícia não consentirá em “meetings”, qualquer que seja a sua natureza.” (ADDOR, 1986)

A intensa mobilização do movimento operário sob orientação anarco-sindicalista culminou em greves que levavam autoridades públicas e classe patronal a tomarem medidas rigorosas para que a capital federal não caísse em plena “desordem” sob o comando de “agitadores estrangeiros”. Em 1922, no Rio de Janeiro, é criado o Partido Comunista Brasileiro que vai causar uma divisão entre anarquistas e comunistas no que tange à orientação do movimento operário, até então anarco-sindicalista.

Na capital federal, em fins da década de 1910 e começo da década de 1920, tornaram-se visíveis as conseqüências de outros fatos relacionados à conjuntura internacional

como os efeitos econômicos da Primeira Guerra Mundial e a queda dos preços do café, que foram comprometendo a estrutura sócio-econômica da Primeira República. Neste mesmo momento na conjuntura internacional, o Liberalismo entra em crise, começa a ser questionado, surgindo assim críticas fortes ao sistema liberal que parece ser incapaz de solucionar os males econômicos e sociais do país.

No Brasil, as oligarquias dominantes vão entrando em divergência e crise, não mais mostrando o “equilíbrio” da Política dos Governadores (ou Política dos Estados) de fins do século XIX, pois a cada eleição a estrutura republicana mostrava fragilidade e imprevisibilidade conforme a circunstância. A partir da década de 1920, o sistema republicano ganha mais fragilidade por conta de conflitos entre as próprias oligarquias, que promoviam um

“federalismo desigual marcado pela preponderância de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul sobre as demais unidades da federação. Assim, no condomínio oligárquico em que se transformou a política brasileira, havia oligarquias de primeira e segunda grandeza, além dos chamados estados satélites.” (FERREIRA, 2003)

A situação dos negros em meio à crise sócio-econômica da estrutura republicana não era muito diferente do fim do século XIX, pois outros instrumentos racistas não-legais estavam em evidência desde a Abolição. Nos subúrbios e nas recentes favelas, foram difundidas as culturas de resistência negra, como o samba e a capoeira.

A partir da década de 1920, surgem os primeiros blocos de samba no Rio de Janeiro e a indústria musical estava começando a adotar as gravações elétricas. Acontece também a difusão das estações de rádio (inicia-se a famosa Era do Rádio). Apesar da repressão e perseguição aos compositores negros, as escolas de samba vão se formando exatamente durante a década de 1920.

O advento do samba, música produzida por negros, foi causando impacto na estrutura cultural do Rio de Janeiro, como bem menciona o escritor e compositor Nei Lopes:

“Em 1923, o conjunto Oito Batutas, de Donga e Pixinguinha, vai à Europa, sob protestos de grande parte da Imprensa, que não admite ver o Brasil representado lá fora por um grupo de pretos e mestiços. Nesse mesmo ano, o sociólogo Oliveira Vianna publica uma introdução ao recenseamento geral do Brasil, versão de 1920, na qual afirma sua esperança no branqueamento progressivo da população, “através da imigração européia, da produção oportuna do negro em virtude da alta mortalidade e baixa fertilidade, e da afortunada branquização dos mestiços, através da miscigenação” – o que não se concretizou. Na contra-corrente de todo esse racismo, em 1924 é fundada a Frente Negra Brasileira, como milhares de associados em todo o

país. Em 1926, entretanto a Sociedade Nacional de Agricultura promove um “inquérito nacional” no qual a opinião pública brasileira, segundo a voz oficial, manifesta-se contra a imigração de gente de cor e a favor da “importação” de brancos para melhorar a raça e a eficácia.” (LOPES, 2005)

O contexto social da Primeira República em nenhum momento foi favorável ao desenvolvimento da cidadania dos negros, pois tudo que vinha a ser produção oriunda da cultura afro-descendente sofria algum tipo de perseguição, como foi o caso da capoeira que era reprimida pela polícia desde fins do século XIX; inclusive sendo incluída como crime no Código Penal de 1890. Só décadas após a Abolição é que foi oficializada como modalidade esportiva nacional. Foi um momento difícil para os negros, desenvolverem uma nova identidade e autonomia a respeito da nova realidade e liberdade jurídica. O advento do futebol como modalidade esportiva no Brasil, e especificamente no Rio de Janeiro (então capital federal), também foi marcado por posturas eminentemente racistas e excludentes por parte da elite.

“Porém, o mesmo sucesso alcançado no remo e no turfe, esportes que conseguiram manter controladas as minorias no papel de espectadores passivos não foi conseguido no futebol.” (PINTO, ?)

A violência e a exclusão eram difundidas de maneira velada, e em muitos estatutos de clubes que estavam surgindo, fazia-se menção ao tipo de profissão que se exercia e à escolaridade, que eram exatamente problemas graves vivenciados pelo negro na Primeira República. A inserção do negro no futebol foi difícil, mas as elites não conseguiram manter este esporte como o turfe e o remo. A prática do futebol composta pelos negros foi se expandindo.

Vale ressaltar o pioneirismo do Bangu Atlético Clube “*que já em 1905, um ano após a sua fundação, apresentava negros em seu time principal, embora dirigido por ingleses*”, (PINTO, ?), tal atitude valeu ao clube o desligamento da Liga Metropolitana dos Sports Athleticos, que havia decidido por unanimidade de votos não registrar atletas negros.

A elite carioca instalada na Zona Sul da cidade teve a habilidade de desenvolver instrumentos excludentes não-oficiais que barravam o acesso dos negros aos clubes, segregados mesmo como espectadores. Importante mencionar um dos episódios mais emblemáticos da história do futebol brasileiro, que também marca a inserção dos negros nos clubes, que foi o “*pó de arroz*” utilizado por jogadores negros que jogavam no Fluminense, para que dessem uma “clareada” na pele durante os jogos e não desagradassem as elites

presentes nas arquibancadas. Por este fato, o Fluminense é chamado até os dias atuais de “time do pó de arroz”.

As entidades esportivas e clubes surgidos nos primeiros anos do século XX, no Rio de Janeiro, também foram criados pelas elites como instrumento eficaz para estabelecer distância dos negros operários. A difusão dos clubes seria uma representação da própria imagem das elites e de seus valores e a prática da exclusão velada eram expressas nas regras de acesso que mencionavam propositalmente a escolaridade e a proibição aos trabalhadores braçais.

4.1. O momento de transição política entre as décadas de 1920/30

Em fins da década de 1920, a capital federal e o Governo do presidente Washington Luís pareciam estar num momento de estabilidade, visto que os problemas relacionados às grandes divergências das oligarquias dominantes pareciam estar solucionados. Mas, as conseqüências da crise do contexto internacional eram visíveis, principalmente por conta da Quebra da Bolsa de Nova York, em outubro de 1929, crise do Liberalismo, 1ª Guerra Mundial e os impactos causados pela Revolução Russa, no Brasil. Fábricas começam a entrar em processo de falência tendo como conseqüência óbvia aproximadamente um milhão de desempregados pelo país.

As eleições presidenciais de 1930 foram disputadas de forma acirrada, influenciada por este clima de crise na economia internacional. Júlio Prestes é o candidato oficial, indicado pelas forças situacionistas e pelos grandes grupos dominantes nos estados e Getúlio Vargas é o candidato da Aliança Liberal, formada por dissidentes das oligarquias estaduais.

Júlio Prestes vence Getúlio Vargas, mas inconformados com a derrota, setores da Aliança Liberal começam uma conspiração que logo foi alimentada fortemente pelo assassinato de João Pessoa (que fora vice pela Aliança Liberal), em julho de 1930. Esta conspiração foi se alargando em vários Estados, havendo inclusive conflitos armados entre situacionistas e conspiradores e, em outubro, o então Presidente Washington Luís foi deposto. Forma-se uma Junta Provisória de Governo que logo entregou o Poder para Getúlio Vargas, que foi o “empossado” na Presidência em novembro de 1930.

O Golpe de Estado de 1930 resultou em modificações significativas na estrutura sócio-política do país, inclusive alterando, junto ao contexto internacional a abordagem em questões que tratam das raças e etnias no país. Uma das principais conseqüências do Golpe de Estado de 1930 foi a perda do poder absoluto das oligarquias estaduais.

O Governo de Getúlio Vargas, que tinha características centralizadoras e intervencionistas vai realizando mudanças significativas na estrutura sócio-política do país, como a criação do Ministério do Trabalho, decretos e leis de proteção ao trabalhador. Em 1933, inicia-se uma política de nacionalização do trabalho, pois qualquer estabelecimento industrial ou comercial tinha que ter a presença de 2/3 de empregados nacionais.

Os conspiradores do Golpe de 1930 faziam crítica feroz à Constituição de 1891 (que foi revogada), chamando-a de cópia estrangeira. Vargas vai governando por decretos-lei até que, em 1934, é elaborada uma nova Constituição. A prática do Governo Vargas também será um reflexo da crise generalizada no contexto internacional, pois vivia-se na Europa uma ascensão de correntes autoritárias (como na Alemanha e Itália) que faziam críticas violentas ao Liberalismo e tinham como instrumento precípua a política de massas. O modelo de Estado forte e centralizador vai se difundindo com vigor nos países europeus. No contexto nacional não estava sendo diferente, mas adquirindo características peculiares.

Estas mudanças estruturais de âmbito sócio-político, naturalmente, vão influenciar numa mudança da abordagem sobre as raças e etnias no Brasil. Exatamente a partir do decorrer da década de 1930, o “racismo científico” e o “darwinismo social” vão perdendo força; já não têm mais o mesmo impacto e resultado semelhante ao do fim do século XIX, que foi momento de maior difusão das teorias raciais no Brasil.

4.2. O surgimento do elogio à mestiçagem

A partir do decorrer da década de 1920, começam a se difundir num universo social marginalizado, o que podemos chamar de cultura negra de resistência, como o samba, a capoeira e o candomblé. Práticas essas que no pós-Abolição sofreram perseguição policial e foram criminalizadas, como a capoeira, que desde fins do século XIX estava incluída no Código Penal.

O contexto foi se modificando e, após o Golpe de 1930, o projeto de Nação do Governo Vargas adota a cultura mestiça como representação oficial brasileira. O elogio à mestiçagem foi sendo difundido com todo vigor na política de massas do Governo Central; inclusive foi estimulada intensa produção intelectual que difundisse uma cultura em busca da autêntica identidade brasileira,

“O mestiço transformou-se em ícone nacional, em um símbolo de massa, identidade cruzada no sangue, sincrética na cultura, isto é, no samba, na capoeira, no candomblé e no futebol. Redenção verbal que não se concretiza

no cotidiano, a valorização do nacional é acima de tudo uma retórica que não tem contrapartida na valorização das populações mestiças discriminadas. Nesses termos, entre o veneno e a solução, de descoberta a detração e depois exaltação, tal forma extremada e pretenciosamente harmoniosa de convivência entre os grupos foi; aos poucos, sendo gestada como um verdadeiro mito de Estado; em especial a partir dos anos 30, quando a propalada idéia de uma “democracia racial”, formulada de modo exemplar na obra de Gilberto Freyre, foi exaltada de maneira a se menosprezar as diferenças diante de um cruzamento racial singular. Assim, comparado ao período anterior, quando miscigenação significava no máximo uma aposta no branqueamento, esse contexto destaca-se na valorização diversa dada à mistura, sobretudo cultural, que repercute em momentos futuros.” (SCHWARCZ, 2002)

O estabelecimento de um contexto bem diferente daquele do final do século XIX não significou o fim dos instrumentos opressivos e excludentes usados pelas elites no Brasil, pois o elogio à mestiçagem foi difundido como uma importante ferramenta na política de massas do Governo de Getúlio Vargas. Exatamente nesse contexto, a capoeira deixa de ser criminalizada. As escolas de samba são oficialmente subvencionadas. O candomblé fica livre das perseguições policiais e o futebol vai se profissionalizando com a presença de jogadores negros.

A partir dos anos 30, a “democracia racial” é estetizada. O discurso de que o país é produto de uma mistura vai ganhando força. Tal discurso ganhou tanto vigor que dentre as datas cívicas exaltadas pelo Governo Central de Getúlio Vargas está o dia da Raça (estabelecido em maio de 1939), para exatamente exaltar a suposta tolerância racial da sociedade brasileira.

Foi a partir do começo do século XX que a fisionomia mestiça começou a se acentuar; então, não havia como negar a existência tão evidente e visível da mistura étnica. Mas, esta exaltação não significou acesso à educação para os negros e principalmente distribuição de renda, por exemplo. O Governo Vargas, com sua política de massas, soube muito bem construir uma retórica de elogio à mestiçagem e a favor da difusão livre da cultura que era produzida pelos negros.

Será a produção intelectual que vai dar maior sustentação ao discurso oficial da “democracia racial” e da construção retórica de elogio à mestiçagem. O autor que será uma figura precípua e fundamental neste contexto é Gilberto Freyre. Sua obra emblemática deste discurso será o famoso livro “*Casa Grande e Senzala*”, de 1933.

É exatamente no decorrer da década de 1930 que as teorias raciais (“Darwinismo Social”) desenvolvidas principalmente por Oliveira Vianna e Nina Rodrigues vão perdendo o

ímpeto que tinham desde fins do século XIX, no qual o contexto internacional dava respaldo e no contexto nacional ficava tudo mais propício a se difundir. Para sintetizar a produção intelectual daquele contexto, no que se referem os negros, abordaremos obras de Gilberto Freyre e Arthur Ramos.

4.3. Gilberto Freyre

Gilberto Freyre foi fundamentalmente um dos autores brasileiros que mais investigou o passado colonial rural/patriarcal e a miscigenação das etnias no Brasil. Suas obras também são caracterizadas por um certo saudosismo do patriarcado rural, e exaltam um Brasil que está marcado pela mistura não só étnica e racial, como também nos hábitos e comportamentos. Gilberto Freyre vê a mistura de diferenças como absolutamente positiva e vantajosa para o crescimento e progresso do povo brasileiro.

Sua obra emblemática e mais exaltada é sem dúvida “Casa Grande e Senzala”, de 1933, lançada exatamente no contexto de elogio à mestiçagem e do início da valorização da mistura étnica em nosso país. Este livro vai exaltar os três grandes ícones da miscigenação brasileira: o negro, o índio e branco europeu.

Gilberto Freyre, na década de 1930, vai revertendo o pessimismo em relação à mistura de raças, que foi desenvolvido por Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, entre o fim do século XIX e começo do século XX. Freyre foi percebendo o quanto foi valioso para o Brasil os séculos de “interatividade” multirracial, e a riqueza gerada por essa troca e crescimento eram visíveis no cotidiano do Brasil.

Em “Casa Grande e Senzala”, Gilberto Freyre narra com minúcia a experiência privada das elites nordestinas, inclusive experiências de depravação sexual quando afirma que “não existe escravidão sem depravação sexual”. Freyre era bastante claro em afirmar que escravas negras quando ainda bem jovens (pré-púberes) tinham que se submeter às perversões sexuais do seu senhor.

Gilberto Freyre ajudou na definição da identidade brasileira no contexto da década de 1930, na consolidação e difusão do mito da “democracia racial”. A obra de Gilberto Freyre nos faz entender que a miscigenação produziu uma tolerância na sociedade brasileira, tanto que não aconteceu concretamente no Brasil, principalmente em relação aos negros no pós-Abolição e durante o advento da Primeira República.

A violência do senhor de terras contra o escravo é “suavizada” por Gilberto Freyre em sua obra, quando aborda uma relação paternalista entre o escravo e o senhor. “Casa

Grande e Senzala” aborda a violência escravocrata do cotidiano bárbaro dos negros, apenas como um elemento presente na relação entre a Casa Grande e a Senzala.

Sua obra mostrou também que a influência africana é inegável:

“Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano.” (FREIRE, 1933)

O legado de Gilberto Freyre recebeu inúmeras críticas por não estar explicitamente comprometido com a igualdade racial, mas por apenas expor que a elite branca tinha adquirido importante influência cultural oriunda da mistura das raças e culturas diversificadas.

Gilberto Freyre também se destacou nas décadas seguintes pela produção de congressos e eventos de divulgação da cultura afro-brasileira e também na crítica aos autores que difundiram as “teorias raciais” como Oliveira Vianna, a quem se referia como o “arauto do arianismo”.

4.4. Arthur Ramos

O médico baiano Arthur Ramos foi um dos maiores estudiosos da raça negra no Brasil e da influência dos povos africanos de modo geral, sempre exaltando a contribuição que estes deram para a formação da sociedade brasileira. Publicou uma série de livros e artigos sobre a cultura afro-brasileira detalhando as suas contribuições na culinária, música, folclore, religião, teatro, etc.

Ao contrário de Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, Arthur Ramos não desenvolveu estudos baseados nas teorias raciais vinda da Europa no século XIX. Ele procurou desenvolver pesquisas que mostrassem a contribuição imensa dos negros no Brasil com seu trabalho e cultura visivelmente marcados nos hábitos e nos diversos aspectos lingüísticos e comportamentais da sociedade brasileira da Primeira República. Foi também um dos primeiros organizadores de congressos sobre cultura afro-brasileira, alguns realizados em conjunto com Gilberto Freyre.

No livro “O Negro na Civilização Brasileira” de 1939, Arthur Ramos deixa clara sua divergência com o professor da faculdade de Medicina da Bahia Nina Rodrigues:

“Sobre o negro e o mestiço brasileiro Nina Rodrigues ainda escreveu vários trabalhos, sobre questões de antropologia criminal e psicologia coletiva.

Infelizmente, preso as teorias científicas do seu tempo, Nina Rodrigues defendeu algumas teses hoje inadmissíveis, como a das desigualdades raciais, da degenerescência da mestiçagem, com as conseqüências, na ordem política e social, destes pontos de vista. Ele atribuiu a contingências de raça o que hoje atribuímos a contingências de culturas. Mas não se pode negar a honestidade, a dedicação, o espírito científico, que norteiam os seus estudos.”

Nesta mesma obra, Arthur Ramos se utiliza de estudos científicos sobre os negros para atestar que estes não são inferiores aos brancos e ainda exalta de forma explícita a resistência negra diante da opressão do regime escravista:

“O próprio negro foi um artífice de sua própria libertação. O seu valente protesto, nas fugas, no suicídio, na formação dos Quilombos, das juntas de alforria, não ficou sem resposta. O negro, desde os primeiros tempos da escravidão, demonstrou cabalmente a ilegalidade de um regime de opressão a mais desumana que poderia existir no mundo.”

Nas décadas seguintes, o médico Arthur Ramos se dedicou exatamente a divulgar as imensas contribuições da influência africana na sociedade brasileira. Tornando-se junto a Gilberto Freyre, um dos entusiastas da cultura afro-brasileira.

5. OS NOVOS INSTRUMENTOS NÃO-LEGAIS DE EXCLUSÃO RACIAL A PARTIR DO PÓS-ABOLIÇÃO E PRIMEIRA REPÚBLICA

A partir de 1888, a situação dos ex-escravos foi de continuidade no que tange à opressão e marginalização. Houve o advento do regime republicano e em 1891 uma nova Carta Constitucional que excluía qualquer tipo de distinção dos cidadãos brasileiros através da cor. A ausência de leis racistas e excludentes não evitou que fossem desenvolvidos habilidosos e eficazes instrumentos não-legais de marginalização do negro.

Quando os primeiros clubes esportivos do Rio de Janeiro (então capital federal) proibiam o acesso de “pessoas que eram oriundas do trabalho braçal” e que “não fossem alfabetizadas” estavam se referindo a quem? Os instrumentos de exclusão deixam de ser legais e explícitos para se tornarem de âmbito privado, mas habilidosos e sutis, pois

“os negros foram incorporados às plebes, tendo ficado condenados a uma condição de casta disfarçada. Os negros e mulatos encontravam-se despreparados para o papel de trabalhadores livres. A população de cor não tinha nem o treinamento técnico, nem a mentalidade e disciplina do trabalhador livre, ficando, assim excluída das oportunidades econômicas e sociais oferecidas pela ordem social competitiva emergente..”
(CHALHOUB, 2001)

Os negros foram jogados a um rumo de incerteza, de indefinição, diante de uma elite branca da cidade que estava se modernizando, apoiada em princípios europeizantes, com o objetivo de deixá-los bem distantes de qualquer tipo de interatividade igualitária. Os ex-escravos tiveram que ir se adaptando aos novos instrumentos de violência e opressão.

As situações cotidianas, no pós-Abolição e durante a Primeira República, colocavam os cidadãos de cor negra em condições semelhantes às de antes de 1888, quando por exemplo, tinham que trabalhar para um empregador estrangeiro (especificamente o português) que comumente desenvolvia uma linguagem e postura diante do negro semelhante a do passado escravocrata. “O uso da linguagem racial continuou a hierarquizar os indivíduos, impondo-lhes a marca de descendentes de senhores ou de escravos”

A nova realidade que exigia adaptação para que brancos e negros se livrassem do fardo de serem opressores e oprimidos, não foi alterada em essência, visto que os brancos continuaram como opressores, não mais usando elementos explicitamente raciais e sim elementos sociais de acesso. Os negros não conseguiram desenvolver autonomia e segurança

psíquica no pós-Abolição, ficando perdidos e subservientes diante dos novos instrumentos de opressão e exclusão. Instrumentos sutis, não legais, de ordem privada, mas extremamente eficientes.

5.1. A Abolição transformada em abandono e marginalização

A liberdade jurídica concedida pela Abolição e abrandada pela Constituição de 1891 e pelo advento da Primeira República não significou em momento algum, igualdade social. O processo de Abolição da escravatura no Brasil em 1888 significou, na verdade, o início de um processo de abandono e marginalização social dos cidadãos de cor, pois diferentemente de alguns outros países, que ao abolir a escravidão indenizaram seus ex-escravos, no Brasil houve apenas o “abrir das portas das senzalas.”

Os ex-escravos, ao deixarem as fazendas e senzalas, estavam num rumo de incerteza, confrontaram-se com um Brasil que estava se modificando, o que estava acontecendo era que

“em vista da promessa de uma igualdade jurídica, a resposta a “comprovação científica” da desigualdade biológica entre os homens, ao lado da manutenção peremptória do Liberalismo, tal como exaltado pelo advento da República de 1889.” (SCHWARCZ, 2002)

Ou seja, de todo o processo pelo qual passava o país o negro, estava excluído. Ainda existia uma elite intelectualizada, que estava desenvolvendo “teorias raciais” que levantavam dúvida sobre as capacidades dos negros atestando que estes não eram capazes de acompanhar a nova etapa modernizadora do país.

Uma das marcas evidentes da marginalização do negro, no pós-Abolição, foi o tratamento que eles receberam por não terem “ocupação” e perambular pelas ruas da capital federal. Carregavam a pecha de vagabundos e ociosos, desorganizados social e moralmente, que lhes foi atribuída na visão daqueles que reconstruíram o país após a desmontagem do regime escravista, impedindo, a princípio, a interpretação de suas trajetórias sociais, vivenciados nos limites do que era possível. ↗

O número de negros na capital federal aumentou consideravelmente no pós-Abolição e até mesmo na Rua do Ouvidor, que era o famoso ponto de encontro das elites intelectualizadas, era comum a presença de negros “perambulando” e atrapalhando o “progresso” e a “civilização” tão desejada pelas elites. Era exatamente este número imenso de

negros que espantava a elite branca que não queria “progresso” ou “modernização” ao lado deles.

O desejo ardente de progresso se mistura ao preconceito racial velado, pois

“há o fato óbvio de que havia uma clara predisposição por parte dos membros das classes dominantes em pensar o negro como um mau trabalhador, em reconhecer no imigrante um agente capaz de acelerar a transição para a ordem capitalista. Em termos práticos, isso significou que os indivíduos que tinha poder de gerar empregos tendiam a exercer práticas discriminatórias contra os brasileiros de cor quando da contratação de seus empregados. O forte preconceito contra o negro se combinava na época com a obsessão das elites em promover o “progresso” do país. Uma das formas de promover este “progresso” era tentar “branquear” a população nacional. A tese do branqueamento tinha como suporte básico a idéia da superioridade da raça branca e postulava que com a miscigenação constante a raça negra acabaria por desaparecer do país, melhorando assim a nossa “raça” e culminando com o fim de um dos principais entraves ao progresso nacional – a presença de um grande número de contingente de população de cor. Pessoas pertencentes a uma raça degenerada.” (CHALHOUB, 2001)

5.2. Os negros como figurantes mudos no projeto de modernização e europeização

Os negros fizeram papel de figurantes mudos diante do processo de modernização iniciado em fins do século XIX no Rio de Janeiro (então capital federal). Na verdade estavam presentes como antes de 1888, no trabalho pesado e braçal. Os negros eram figuras onipresentes nos trabalhos braçais, mesmo depois da Abolição da escravatura, como bem constatou o crítico musical Nei Lopes:

“Observa-se que, até a Abolição, as funções de estivadores (trabalhadores ocupados em carga e descarga de navios mercantes), catraieiros e arrumadores, exercidas no Cais do Porto do Rio, parece que eram privativas de escravos. Ocupação lucrativa e de prestígio, o trabalho portuário rendia ao escravo de ganho, em épocas e locais propícios, seis ou sete vezes mais que a diária exigida pelo proprietário, o que permitia alforria em curto espaço de tempo. Após o fim da Guerra do Paraguai e com o 13 de maio, a perspectiva de trabalho remunerado nessas atividades atraiu um significativo número de trabalhadores negro, dentre a massa enorme de libertos que a cada momento chegava à cidade. E mesmo depois das obras de Pereira Passos – com o Porto ampliado, remodelado e modernizado, com máquinas e guindastes extinguindo antigas profissões – grande parte da classe dos trabalhadores portuários vai ser constituída, como até hoje, de trabalhadores negros.” (LOPES, 2005)

Para os negros, figurantes mudos da modernização, a linguagem do trabalho braçal continuou no pós-Abolição como uma herança direta e explícita dos 300 anos de escravismo.

O acesso ao exercício de outras funções que não fossem braçais, subalternas e degradantes, obviamente era negado, pois se exigia como principal qualificação saber ler e escrever.

A modernização da região central do Rio de Janeiro tinha como um dos objetivos não só enfeitar a cidade, mas também excluir os negros do novo momento de “progresso” e “civilidade” da cidade, pois os negros não tinham acesso, por exemplo, ao interior das obras suntuosas europeizadas da *Belle Époque* carioca como o encantador prédio do Teatro Municipal ou da Biblioteca Nacional, focados no acesso da minoria intelectualizada dominante.

Os negros tiveram mesmo que se manter mudos em funções braçais, sem nenhuma espécie de mobilidade social.

“Quanto às populações de negros e mulatos, conservavam-se nas suas antigas funções, nas vendas ambulantes, no setor de carregamentos e transportes, nos cultivos agrícolas dos arrabaldes das cidades, prestando serviços como funileiros, marceneiros, catraieiros, carregadores, ensacadores, ou ainda nos trabalhos vistos como degradados.”
(WISSENBACH, 1998)

5.3. O início da intensificação da cultura do embranquecimento e do processo de invisibilidade social dos negros

Com a Abolição da Escravatura em 1888 e o advento do regime republicano em 1889, a intensificação do preconceito dos brancos das classes dominantes em relação aos negros teve uma peculiaridade que foi a tentativa de, a todo instante, os brancos quererem se afirmar como eram bem distintos e superiores aos negros. Na verdade, o objetivo era o de mostrar que quem carregava as marcas da escravidão e da inferioridade eram os negros, pois

“o reverso da vontade de querer parecer branco consistia em caracterizar, a qualquer preço, a escravidão como um estatuto exclusivamente reservado aos negros, pretos e partos.” (CHALHOUN, 2001)

Os hábitos desenvolvidos com o processo de modernização e europeização, no Rio de Janeiro, mostravam que os brancos não desejavam nem um pouco um sistema republicano no qual houvesse interação social com os negros no cotidiano. Mais acintosamente, procuravam-se distinguir a partir da cor da pele, pois para as classes dominantes eram até vendidas loções para clarear a pele, como um produto chamado *Água dos Amantes*: “quem

for amante não pode Su'água deixar de comprar, tira panos, sardas, espinhas, faz a pele clarear.”(ALENCASTRO, 1998)

O padrão de comportamento do homem branco era almejado pelos negros, que não tinham as mínimas condições de desenvolver uma auto-estima, com o estigma e terror psico-social em que viviam. O padrão da estética branca determinava que o cidadão seria bem aceito e considerado um “bem-apeçoado” Os negros tinham que “querer” se parecer com os brancos.

A cultura de “embranquecimento” foi reforçada aos extremos através do estímulo à imigração européia. Até os abolicionistas que nutriam comiseração aos negros acreditavam que os europeus eram superiores e que iriam ajudar o Rio de Janeiro a “civilizar-se”.

As elites dominantes estavam ressaltando a suposta superioridade dos imigrantes europeus e procuravam atestar uma inferioridade ao negro ex-escravo, diante do processo de modernização pelo qual passava o país. Esta visão de progresso e modernização passava, obrigatoriamente pela vontade de aniquilar a cultura dos negros, construindo hábitos cada vez mais europeizados que os afastassem, de vez, do passado escravocrata.

Mesmo décadas após a Abolição da Escravatura de 1888, a cor da pele continuou sendo mencionada como instrumento de distinção social. Este processo foi se desenvolvendo de forma não-legal e silenciosa. A mentalidade escravocrata continuava presente, mesmo sem leis racistas e com a liberdade jurídica dos negros.

A cultura do “embranquecimento” ganhou mais vigor exatamente nos primeiros anos do século XX, quando estava em pleno ápice o processo de modernização da capital federal. As elites dominantes estavam oficializando os seus novos hábitos europeizados que continuavam excludentes, como o acesso aos clubes e ligas esportivas.

A necessidade da auto-afirmação dos brancos como tais, distinguindo-se como podiam dos negros ex-escravos, era uma das expressões da continuidade da mentalidade escravocrata no Rio de Janeiro no pós-Abolição.

5.4. O menosprezo sistemático pela cultura afro-descendente

O processo de modernização da capital federal, após o advento do regime republicano, não objetivou não apenas os aspectos urbanísticos e arquitetônicos, mas também a eliminação de todo um passado que lembrasse algum tipo de vínculo com os negros e sua cultura. Foi desenvolvida uma forte política que procurava disciplinar as ruas e os hábitos

populares, isso passava obrigatoriamente pela repressão feroz a qualquer tipo de expressão da cultura dos afro-descendentes.

Era exatamente com esta cultura que as elites dominantes não queriam se misturar ou interagir. As expressões culturais das elites do Rio de Janeiro do começo do século XX eram privadas, exemplos disto são os “saraus poéticos” nos quais havia leitura e recital de escritos de autores em evidência no continente europeu, e danças como a Valsa. Tudo isso com as elites brancas muito bem instaladas em casarões localizados no que poucos depois chamaram de área nobre da cidade: Zona Sul.

Após a Abolição de 1888, com o advento do regime republicano e principalmente com o início do processo de urbanização do país, o sistema capitalista adotado pelas elites criou um imenso exército de reserva que agora incluía os negros na plebe social. “*O negro, que na escravidão tinha lugar fixo, torna-se esse grande estoque de mão-de-obra de reserva.*” (RUFINO, 2006). Então, aqueles que não tinham residência fixa ou trabalho eram chamados de vadios, reprimidos pela polícia. Os negros era a maioria dos vadios visados pela polícia.

A rotina dos “capoeiras” era fugir da polícia por que era proibido praticar a “luta dos pretos” em pleno processo modernizador do país. Restava mesmo difundir a capoeira nos morros (futuras favelas) e nos lugares distantes, para onde foram expulsos os ex-escravos.

O samba, que começou a despontar na década de 1910, também foi alvo da repressão policia. Muitos sambistas tinham que se esconder em morros vizinhos para não serem presos. A “dança dos pretos”, como era chamada o samba naquele período, só teve um pouco mais de liberdade a partir da década de 1920, com a expansão do rádio e da criação das gravações elétricas, como foi o caso do famoso samba do compositor negro Sinhô, “*Jura*”, gravado pelo sambista Mário Reis, em 1922.

O carnaval também ganhou conotações extremamente pejorativas no pós-Abolição; já que as elites festejavam em clubes fechados, restava aos pobres e aos ex-escravos as livres expressões na rua. As elites dominantes logo trataram de hostilizar as expressões do carnaval popular, afirmando que tal algazarra de bárbaros envergonhava as famílias e um país que estava se modernizando.

O caso do candomblé foi o mais grave. Esta expressão da cultura afro-descendente foi a mais reprimida nas décadas seguintes ao pós-Abolição. Os praticantes do Candomblé estavam diante de um país que carregava, durante todo o período colonial e imperial princípios católicos e cristãos nada tolerantes, fortemente difundidos e que estimulavam a abominação às religiões afro-descendentes. Os “curandeiros”, os “feiticeiros” e os

“candomblezeiros” só puderam se expressar livremente a partir de 1938, também em um outro contexto sócio-político.

Estes rituais eram considerados “nocivos e perigosos, praticados por bruxos e feiticeiros”, que também eram alvos freqüentes da repressão policial produzida por uma política que procurava disciplinar as ruas e os hábitos populares. Observa-se o quanto foi difícil para os negros ex-escravos desenvolverem sua cultura e a imensa dificuldade de terem uma auto-estima com um terror psico-social e um estigma carregado por mais de 300 anos.

6. CONCLUSÃO

No decorrer deste estudo, podemos refletir sobre os rumos de sub-cidadania e marginalização sofridos pelo negro a partir do pós-Abolição, período em que a senzala foi substituída pelo sub-emprego e o senhor substituído pela degradação social.

Observamos quais foram os reais objetivos do processo de modernização europeizada a que a capital federal foi submetida a partir de fins do século XIX. Evidenciamos como os negros ex-escravos foram invisibilizados socialmente, neste período de transição sócio-política.

Verificamos que foi fundamental para continuidade da mentalidade escravocrata o desenvolvimento das teorias raciais, que justificavam uma suposta inferioridade (inclusive biológica) dos ex-escravos; ainda exaltando as virtudes e superioridade daqueles a quem Oliveira Vianna se referia como “raça superior originária”.

Atestamos que, mesmo após o fim da escravidão e com a liberdade jurídica, a mentalidade escravocrata das classes dominantes continuou, mas especificamente como estas se referiam aos ex-escravos e se comportavam diante da Abolição. Mesmo décadas após, estava visível, mas não-legal, o tratamento marginal e desumano dado aos negros.

Só a partir de fins da década de 1920 e da década de 1930, vamos ter uma nova abordagem étnica, pois as elites dominantes mudaram as estratégias para continuar mantendo a invisibilidade dos negros. A partir da década de 1930, reforçado o discurso da tolerância e democracia racial, surgiu uma visão diferente, mas não menos racista que as anteriores.

Percebemos o quanto que são visíveis (seja de forma explícita ou sutil) os resquícios do período escravocrata de nosso país na sociedade atual, estão presentes principalmente nos âmbitos sociais e profissionais dos não-brancos. Que ,

“Na verdade, a escravidão é um capítulo da história do trabalho no Brasil. Capítulo mais importante, porque durou quatro quintos do tempo que temos de existência. Embora não seja o motor do racismo atual, deixou marcas visíveis: desprezo pelo trabalho manual, aceitação da tortura (desde que não seja contra “inocentes”), sexualização da mulata etc.” (SANTOS, 2006)

Por fim, concluímos que as elites dominantes, a partir de 1888, adotaram poderosos instrumentos de exclusão racial, como por exemplo, o acesso aos clubes esportivos que não permitiam atletas que não sabiam ler ou eram oriundos do trabalho braçal. Estes eram

exatamente os ex-escravos, que tinham tais características, e isto oficialmente não foi considerada uma política racista.

Percebemos neste trabalho, principalmente no capítulo cinco, que a sociedade atual que temos no presente (em relação às questões étnicas) é exatamente produto destes instrumentos racistas não-legais poderosos e habilidosos construídos nas décadas seguintes ao pós-Abolição.

Consideramos de imensurável importância a análise deste contexto e de suas consequências para os negros até nos dias atuais, neste momento em que emergem as discussões sobre políticas afirmativas e de cotas raciais.

7. BIBLIOGRAFIA

GOMES, Ângela de Castro. A política Brasileira em busca da Modernidade: na fronteira entre o público e o privado. IN: SCHWACZ, Lília Moritz (org.). *História da vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da Vida Privada no Brasil, Volume 4)

PRADO, Maria Emilia. *Abolicionismo de Última Hora*. Revista Nossa História. Editora Vera Cruz. Nº34. Agosto/2006. São Paulo.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Editora Record: São Paulo. 2000.
_____. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Global Editora. 2003(primeira impressão:1933).

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: editora Dois Pontos. 1986.

_____. Ilusões Revolucionárias. *Revista da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. Nº12. 2006.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras. 2005.

_____. Nem preto Nem branco, Muito pelo Contrário: Cor e Raça na intimidade. IN: SCHWARTZ, Lília Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002. (História da vida Privada no Brasil, volume: 4)

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1995.

MOURA, Clovis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita. 1994.

BRESCIANI, Maria Stelle Martins. *O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Vianna entre interpretes do Brasil*. São Paulo: Editora Unesp. 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes e Pinto, Surama Conde Sá. A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. IN: Delgado, Lucília e Ferreira, Jorge (org.). *O Tempo do Liberalismo Excludente: Da proclamação da República á Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. (Coleção O Brasil Republicano, Volume 1)

LOPES, Nei. *Xangô da Mangueira: recordações de um velho batuqueiro*. Rio de Janeiro: CASA (Cooperativa de artistas autônomos). 2005.

SANTOS, Ricardo Pinto. *Futebol e Racismo*. Programa de pós-graduação comparada (UFRJ). www.tempopresente.org

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil: História, Organização e Psicologia*. 5ª edição. 1º volume. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1952 (primeira edição: 1920)

Evolução do Povo Brasileiro. 4ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio. 1956(1ª edição: 1922).

RAMOS, Arthur. *O Negro na Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Casa do Estudante Brasileiro. 1939.

RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. 5ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1977(1ª edição:1906)

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Editora Unicamp.2001.

MATOS, Hebe e RIOS, Ana Lugão. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-Abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.2005.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Da Escravidão à Liberdade: Dimensões de uma Liberdade Possível*. IN: SCHHWACZ, Lília Moritz(org.). *História da Vida Privada no Brasil*: São Paulo: Companhia da Letras.1998. (História da Vida Privada, volume: 3)

SANTOS, Joel Rufino. Cinco Mitos sobre a Escravidão. *Revista Carta na Escola*. São Paulo: 2006. Edição nº11.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida Privada e Ordem no Império. IN: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org). *História da Vida Privada no Brasil*: São Paulo: Companhia da Letras. 1999. (História da Vida Privada, volume: 2)

SILVA, Marcos A. *Contra a Chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Editora brasiliense. 1982.